

P20: Segundo dia tem foco no combate à fome

Parlamentares debatem insegurança alimentar no mundo

Por Gabriela Gallo

Em uma prévia à 19ª Cúpula do G20, agendada para os dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro, o Congresso Nacional reuniu parlamentares das maiores economias do mundo para discutirem e alinharem ideias e planos nas temáticas que serão tratadas no Rio, na 10ª edição da Cúpula do P20. Enquanto no primeiro dia do evento, na quarta-feira (6), os parlamentares discutiram sobre desigualdade de gênero e os impactos das mudanças climáticas sob o recorte de gênero e raça, no segundo dia, nesta quinta-feira (7), o foco foi no combate à fome, pobreza e à desigualdade.

Participaram da abertura do evento tanto o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quanto do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Em seu discurso de abertura, Pacheco reforçou que não é possível se discutir sobre fome e o enfrentamento de desigualdades sem que haja alternativas para o desenvolvimento sustentável, tal como para a transição energética e mudanças climáticas.

“O Parlamento deve ter verdadeiro compromisso com a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável e com a promoção da igualdade. Não podemos mais aceitar que milhões de pessoas sobrevivam miseravelmente, excluídas do bem-estar social. É preciso assegurar oportunidades iguais para todos”, destacou o senador.

Já Lira, pontuou que, para a 10ª edição do P20, é necessário se discutir o papel de deputados e senadores em três eixos prioritários: o combate à fome, à pobreza e à desigualdade. “O desenvolvimento sustentável



Parlamentares das maiores economias do mundo acompanhados de Lira e Pacheco

nos âmbitos econômicos, social e ambiental, e a reforma da governança global. Com essa convergência, queremos reforçar sinergias e ampliar a voz dos parlamentares na cúpula do Rio de Janeiro”, declarou Lira.

Insegurança Alimentar

Para além da fome, um dos tópicos reforçados nos discursos estão à insegurança alimentar — ou seja, o indivíduo ou família não ter certeza se serão capazes de se alimentarem três vezes ao dia, é a incerteza da fome.

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), nos últimos seis anos os registros de insegurança alimentar aumentaram em todo mundo. Segundo a FAO, em 2018 14% da população mundial sofria de insegurança alimentar e, em 2023, os números cresceram para 21,5%. A subnutrição atinge cerca de 700 milhões de pessoas.

Todavia, o Brasil seguiu o

movimento contrário. Os dados do relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial apontam que no Brasil houve uma queda de 85% na insegurança alimentar severa. Em 2022, mais de 17 milhões de pessoas passavam fome no país e, em 2024, o número caiu para 2 milhões e meio.

Durante a sessão sobre o tema no plenário da Câmara dos Deputados, os parlamentares destacaram que os principais fatores que inviabilizam as políticas públicas de combate à insegurança alimentar são: as políticas inadequadas de redistribuição de renda e o agravamento de conflitos geopolíticos.

Fabiana Martín, presidente Parlamento do Mercosul (Parlasul), destacou que, se nada for feito para mudar o cenário atual, 670 milhões de pessoas seguirão enfrentando a crise alimentar na próxima década. “A fome e a segurança alimentar não são consequência de fato-

res externos, mas são o reflexo de decisões políticas. O mundo produz alimento suficiente para alimentar toda a população, mas estamos ajunto errado. A má distribuição e a desigualdade perpetuam esse cenário”, pontuou Martín.

Pacheco completou que, para se garantir a incluir alimentar e nutricional, também é necessário quebrar barreiras econômicas, políticas e até ambientais. “O sistema internacional enfrenta uma crise multifacetada, nos âmbitos geopolítico, econômico e ambiental. O surgimento e o avanço de problemas mundiais de tamanha complexidade e abrangência exigem o constante aperfeiçoamento democrático dos processos decisórios no âmbito das instituições criadas após a Segunda Guerra Mundial. Refiro-me, particularmente, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao Fundo Monetário Internacional [FMI] e ao Banco Mundial”, reiterou Pacheco.

Lula discute corte de gastos

Por Karoline Cavalcante

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), convocou novamente os ministros nesta quinta-feira (7) para discutir os pontos para o plano de corte de gastos. O encontro foi realizado no Palácio do Planalto e teve início às 9h30, teve uma pausa por volta de 13h30, e retornou às 15h40. Está prevista uma nova conversa na tarde desta sexta-feira (8).

Na manhã desta quarta-feira (6), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sem antecipar as medidas, disse que faltam apenas dois detalhes para a definição. Além disso, informou que o governo optou por encaminhar para o Congresso Nacional uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um Projeto de Lei Complementar (PLP) com as medidas. Ele afirmou que a tese defendida é para reforçar o arcabouço fiscal. “As arestas já estão aparadas, os cálculos já estão feitos e há uma segurança de deputados e senadores de que isso está sendo feito com a seriedade devida”, explicou.

Participantes

Entre os participantes da reunião, destaca-se a equipe da Junta de Execução Orçamentária (JEO), composta por Haddad; pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa; pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; e pela ministra da



Nova conversa prevista para sexta-feira (8)

Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Também compareceram o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin; o ministro da Educação, Camilo Santana; o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho; a ministra da Saúde, Nísia Trindade; e o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta.

Está previsto um encontro do chefe do Executivo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tratar do tema. A conversa ainda não aconteceu pois os parlamentares estão envolvidos com a Cúpula do P20 — evento

complementar ao G20 que reúne parlamentos das 20 maiores economias do mundo.

Troca ministerial?

Em meio a especulações de quais mudanças serão realizadas, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, afirmou que deixará o cargo se a iniciativa fizer cortes em benefícios previdenciários ou modificar a política de aumento do salário mínimo. A declaração foi feita em entrevista ao O Globo.

“Como vai pegar a Previdência? A média salarial das pessoas é R\$ 1.860. Vou fazer o que com isso? Tirar direito adquirido? Não conte comigo. Vou baixar o salário? Não conte comigo. Vou deixar de ter ganho real (no salário mí-

nimo)? Não conte comigo. Se isso acontecer, não tenho como ficar no governo. Acho que o governo não fará isso. Temos que cobrar os grandes devedores, a sonegação e as isenções indevidas”, disse Lupi.

Durante a coletiva de imprensa sobre os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de setembro, realizada no dia 30 de outubro, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que há a possibilidade de pedir demissão caso o governo tome uma decisão em uma pauta que diz respeito ao seu ministério.

“Se eu for agredido é possível. Nunca fui. Estou dizendo que essa discussão não existe. Uma decisão sem minha participação em um tema meu é uma agressão”, explicou.

Copom

Devido às incertezas causadas por conta da inflação e da recente alta do dólar, que na última sexta-feira (1º) atingiu os R\$ 5,87 — representando a maior cota em quatro anos — o Comitê de Política Monetária (Copom), decidiu por unanimidade, para aumentar a taxa Selic (taxa básica de juros) em 0,5 ponto percentual, para 11,25% ao ano. Até julho, o Copom optou pela manutenção da taxa em 10,50% ao ano e começou o aumento a partir da reunião de setembro, quando a elevação foi para 10,75%.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Secretaria de Segurança de São Paulo



A Operação Escudo, da PM paulista, matou 84 pessoas

Números e rotina: negros são maiores vítimas da polícia

Parece até notícia velha, mas acabou de sair para confirmar umas das características da tragédia racial e social brasileira: entre os 3.169 mortos pela polícia em nove estados do Rio de Janeiro, 86,9% dos que morreram por ação policial eram negros, que somam 57,8% dos que vivem no estado. Em São Paulo, situação parecida: 66,3% das vítimas contra

do por pretos e pardos) — por lá, eles representam 65,3% da população.

A desproporção se repete em oito dos nove estados analisados, com exceção do Piauí. No Rio de Janeiro, 86,9% dos que morreram por ação policial eram negros, que somam 57,8% dos que vivem no estado. Em São Paulo, situação parecida: 66,3% das vítimas contra 40,9% dos habitantes.

Bahia

Publicado no estudo “Pepele alvo”, o estudo revela que os casos independem dos partidos no poder. Na Bahia, administrada pelo PT desde 2007, as mortes em confronto com a polícia subiram 161,8% entre 2019 e 2023, foram de 650 para 1.702: 94,6% eram negros, 79,7% da população.

São Paulo

Na Bahia, as mortes em confrontos com a polícia superaram, pelo segundo ano consecutivo, as registradas no Rio, onde houve uma redução de 34,5%. Em São Paulo, em 2023, primeiro ano da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o pulo foi de 21,7%.



Protesto contra violência policial na Bahia

Alguns estados registraram quedas nessas mortes

Os números do CEsEC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), mostram progressos em estados, onde houve redução de vítimas fatais nesses conflitos: Amazonas (40,4%), Ceará (3,3%), Maranhão (32,6%) e Piauí (30,8%). Isso, porém, não muda a desproporção entre população e cor.

No caso do Ceará,

88,7% dos mortos eram negros — praticamente 80% eram adolescentes ou jovens entre 12 e 29 anos. Nos estados pesquisados, foram mortos 243 crianças ou jovens que tinham entre 12 e 17 anos.

Os casos no Pará (530) são semelhantes aos de São Paulo (510), que tem população cinco vezes maior.

Inflação...

A final da Libertadores entre dois times brasileiros inflacionou as viagens para Buenos Aires, onde, no dia 30, o jogo será realizado. Há duas semanas, era possível comprar voo ida e volta a partir de São Paulo por R\$ 2,4 mil. Ontem, já estava na casa dos R\$ 8 mil.

Bets no STF

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, convidou representantes de 46 entidades públicas e privadas para participar, nos dias 11 e 12, de audiência pública sobre a ação da Confederação Nacional do Comércio que pede a inconstitucionalidade da lei das bets.

...alvinegra

A partida entre Botafogo e Atlético Mineiro também fez disparar os preços para a quase vizinha Montevideu: ida e volta por cerca de R\$ 7 mil. O estádio deve encher: na tarde de ontem, dois dos três setores reservados para a torcida do time carioca estavam esgotados.

Risco

Todo esse pessoal terá três reuniões para expor seus pontos de vista. A CNC alega que as apostas contribuem para o endividamento das famílias e ameaçam a economia. O problema é que se a lei de 2023 for escanteada, a de 2018 — um liberou geral — volta a valer.